

Compromisso Floresta

Mais de 120 representantes das 25 entidades subscritoras do 'Compromisso Floresta 2030', agregadoras das três fileiras florestais – eucalipto, pinheiro-bravo e sobreiro –, reuniram em Coimbra, a 4 de maio, para debater o futuro do setor e entregar ao Governo preocupações e propostas. Confirmada a presença do ministro do Ambiente, Duarte Cordeiro falhou à última hora, fazendo-se representar pelo secretário de Estado da Conservação da Natureza e Florestas, João Paulo Catarino. Foi "uma grande decepção", esta ausência, revelou à "Vida Económica" António Gonçalves Ferreira, presidente da UNAC – União da Floresta Mediterrânica e promotor do movimento, que ainda aguarda o agendamento de uma reunião, presencial, com o ministro. "As coisas não podem continuar no caminho em que estiveram nos últimos seis anos". "O Estado tem de nos ouvir".

TERESA SILVEIRA
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Vida Económica – Como foi possível juntar 25 entidades do setor florestal, tão distintas e com interesses tão diversos, porventura até opostos num ou outro caso, em torno do Compromisso Floresta 2030?

António Gonçalves Ferreira – Quem tomou a iniciativa foi a UNAC e a Forestis [Associação Florestal de Portugal, liderada por Luís Braga da Cruz], que convidaram o professor [António Fontainhas Fernandes para comissário, que é uma pessoa reconhecida e congregadora.

A expressão 'interesses opostos' pode ser um bocadinho forte. Pode haver interesses concorrenciais. A capacidade de adesão e de agregar as 25 entidades foi possível porque, na realidade, houve nos últimos anos um enfatizar de diferenças, mas há muita coisa em comum. Os objetivos estratégicos, o défice de matéria-prima, o que são os riscos, ou seja, as preocupações fundamentais, são muito comuns. Aliás, viu lá, na apresentação que se fez na conferência em Coimbra [a 4 de maio], que há muita coincidência na identificação dos problemas.

VE – Nas soluções é que já não há tanta convergência.

AGF – Nas soluções é que, como em tudo... Nós somos muito donos da nossa solução pessoal. Mas o resultado positivo desta iniciativa teve muito a ver com essa consonância em relação aos problemas. Nós sentimos os mesmos problemas, às vezes olhando de lados diferentes do muro, mas o muro está lá.

VE – Foi uma iniciativa inédita, no setor das florestas?

AGF – Inédita, sim, com esta abrangência.

VE – Este movimento com tantas entidades do setor, das três fileiras, e o documento 'Compromisso Floresta 2030' surgem no início de um novo

ciclo político e de um novo ciclo de apoios comunitários. Isso fez acelerar todo o processo?

AGF – Isso também nos permitiu estarmos juntos desta forma. Nos últimos seis anos, estivemos todos a enfatizar as nossas diferenças, porque esse foi também o enquadramento geral do país. Agora percebemos que estamos num momento-chave. Estamos, no fundo, a montar o enquadramento daquela que vai ser a nossa realidade institucional nos próximos seis/sete anos. O novo quadro [comunitário] europeu, uma série de diretrizes comunitárias que podem ser muito condicionadoras da nossa atividade.

VE – Está a falar de quê?

AGF – Estou a falar da Estratégia para a Biodiversidade e para a Floresta [Estratégia de Biodiversidade para 2030, da Comissão Europeia, um pilar do Pacto Ecológico Europeu], estou a falar do 'Farm to Fork' [Estratégia do Prado ao Prato], que não privilegiam tanto a vertente produtiva e põem uma ênfase muito grande em tudo o que é a conservação e a preservação ambiental, a conservação das florestas naturais, etc. Tudo, a padrões do centro da Europa, que não são os nossos padrões.

VE – Isso preocupa-vos?

AGF – Esse discurso europeu preocupa-nos muito, porque não há uma média. Há uma floresta do Norte da Europa com um clima e um enquadramento em termos de base fundiária, um tipo de espécies e uma abordagem diferente de corte, e, depois, temos uma floresta do Ssul da Europa, com um clima sujeito a um maior risco, com uma realidade que eles desconhecem, que é a agrofloresta, os 'Continuous Cover Forestry Systems', as florestas para sempre, algumas delas até protegidas legalmente, em que a floresta mediterrânica evoluiu de um modelo pristino de matos e bosques para uma agrofloresta que é compatível com o risco de incêndio que existe.

Esse enquadramento europeu levou-nos a um nível de preocupação. E, depois, também sentimos que era necessário dar uma mensagem do nosso lado para o poder político de que queremos ser parte da solução. Nós queremos aportar, até porque somos os principais beneficiários das boas soluções. E muitas vezes o que sentimos é um Estado desconfiado, que acha que as nossas propostas são enviesadas para o nosso lado. E muitas vezes isso não é assim. Há muita proposta credível que não é aproveitada devido apenas ao seu ponto de origem. E penso que o que permitiu aparecermos em conjunto neste documento e neste Compromisso e depois naquela conferência [no dia 4 de maio, em Coimbra] foi um bocadinho isso, ou seja, a necessidade de que as coisas não podem continuar no caminho em que estiveram nos últimos seis anos. Temos de nos por de acordo sobre o essencial, temos de procurar soluções em comum, medidas, para o essencial e, depois, dentro das especificidades de cada organização, cada uma tem de propor a empurrar o carrinho. Umas, mais na área da conservação, outras, mais na área do

2030: "O Estado tem de nos ouvir"



António Gonçalves Ferreira, presidente da UNAC – União da Floresta Mediterrânica e promotor do Compromisso Floresta 2030.

A floresta portuguesa ocupa 3,2 milhões de hectares. A área florestal aumentou em 60 mil hectares entre 2010 e 2015 e continua a ser o principal uso do solo (36%), seguindo-se a ocupação agrícola (31%) e as áreas de incultos (24%)

problema fundiário, outras na área da economia, é preciso conseguirmos um acumular de experiências e de vontades que dê resultados.

VE – A conferência que decorreu em Coimbra a 4 de maio, foi o culminar de um processo de agregação de vontades e de trabalho de bastidores.

AGF – Sim, o culminar de muitos telefonemas, de muito trabalho de conveniência.

VE – Mas aquele evento onde se juntaram os maiores 'players' das três fi-

der estar connosco. Mas, na realidade, tínhamos uma grande expectativa de que, enquanto representante do senhor Primeiro-Ministro – o convite foi endereçado ao Primeiro-Ministro – estivesse presente. Até porque ele é uma pessoa que não tem ligação muito estreita ao setor e gostávamos de lhe demonstrar publicamente as nossas preocupações, perante as quais, mesmo com as nossas divergências, foi possível pormo-nos de acordo para levar por diante este desígnio do país. Alguém disse na conferência que, quando olhamos para a floresta, confundimo-la muitas vezes com o terri-

"A Estratégia de Biodiversidade para 2030, da Comissão Europeia, não privilegia tanto a vertente produtiva e põe uma ênfase muito grande em tudo o que é a conservação e a preservação ambiental. Tudo, a padrões do centro da Europa, que não são os nossos padrões. Esse discurso europeu preocupa-nos muito"

leiras, da produção florestal, indústria, transformação, passando pelas entidades do sistema científico, universidades, entre outras, acabou por não contar com a presença do ministro do Ambiente. Como olharam a ausência dele? A presença estava confirmada?

AGF – Estava confirmada. Olhámos para a ausência [do ministro Duarte Cordeiro] com uma grande decepção.

VE – Foi um mau sinal?

AGF – Eu não queria ser tão forte na abordagem. Presumo que o senhor ministro do Ambiente não esteve presente porque teve uma situação de maior preocupação que o fez não po-

VE – Os conteúdos deste documento, que, de resto, é público, foram entregues ao ministro do Ambiente?

AGF – Estes conteúdos foram entregues lá, em mão, ao senhor secretário de Estado [da Conservação da Nature-

za e Florestas, João Paulo Catarino]. O senhor ministro, quando nos informou que não podia estar presente, deixou a porta aberta para haver uma reunião formal para lhe entregarmos as conclusões. Essa reunião já foi solicitada, mas ainda não se concretizou. Esperamos que, no curtíssimo prazo, possamos fazer chegar, em mão, as conclusões que já são públicas e que ele eventualmente já conhece, mas que gostaríamos de entregar pessoalmente e esclarecer algumas dúvidas e fazer um complemento: é que, para cada conclusão, queremos acrescentar uma medida concreta que achamos determinante. E isso fará parte do documento que entregaremos ao senhor ministro do Ambiente.

VE – Que expectativa tem em relação aos fundos para floresta, sejam os 615 milhões de euros do PRR – Programa de Recuperação e Resiliência, sejam os do PDR 2020 – Programa de Desenvolvimento Rural e os do futuro PDR, cujo PEPAC está ainda em fase de aprovação final por Bruxelas?

AGF – Relativamente aos fundos do PRR, eles são conhecidos e, em sede própria, a maior parte dos atores do setor manifestaram alguma discordância quanto à alocação das verbas. Achávamos que alguns investimentos só o Estado é que poderia fazer, pela sua dimensão, nomeadamente ao nível da diminuição do risco estrutural, e que se perdeu a oportunidade de os fazer dentro daquele enquadramento. Depois houve a possibilidade de as fileiras se candidatarem às chamadas Agendas Mobilizadoras e creio que o fizeram. Um tiveram sucesso, outras não. Tivemos muita pena quem nem todas as fileiras tivessem sido contempladas. Agora, ao nível da vertente produtiva, da produção florestal do território, aí acho que fomos todos coincidentes na avaliação: as coisas deixaram muito a desejar, ficaram muito aquém do que se poderia esperar.

VE – E quanto ao PDR 2020? Continua a haver críticas à execução, que se considera baixa, à distribuição regional dos apoios, que não é equitativa, ao facto de haver regiões do país que conseguem organizar-se melhor e mobilizar um maior número de candidaturas e com maior potencial de elegibilidade face a outras regiões. Como olha para isto?

AGF – O PDR 2020 nasceu muito aberto e apelativo em termos dos valores dos apoios, com uma boa capacidade de responder às preocupações do território. Devido às regras que foram feitas, houve uma primeira fase em que os apoios se concentraram muito na zona a sul do Tejo. Isso foi corrigido, com os concursos regionais. E, neste momen-

to, os valores alocados por região estão mais ou menos de acordo com a dimensão das regiões. Corrigiu-se o que havia a corrigir e ninguém ficou desconfortável quando houve essa correção. Agora, o que se nota neste momento é que o que está disponível, independentemente de haver concursos, tem uma execução muito baixa.

VE – O que é que falha?

AGF – O que falha é que, quando as pessoas são confrontadas com a carga burocrática, as obrigações, o nível de escrutínio que neste momento está a acontecer, elas não querem. Estamos a falar de apoios muito elevados, na casa dos 70/80% [de participação dos investimentos] que, se houver algum incumprimento burocrático, pode levar à sua devolução. E ninguém quer correr esse risco. O que é que está a acontecer? Até há muitos projetos aprovados, territorialmente dispersos, mas depois o nível de execução nas zonas onde há uma gestão mais ativa e naquelas onde há uma gestão menos ativa reflete um bocadinho o nível da procura, que era muito maior por exemplo no Alentejo do que nas outras regiões. O problema é o modelo. Tem de haver uma distribuição racional dos fundos transversal ao país, de norte a sul, de acordo com as características do país e o nível de custos, porque não é igual fazer um investimento no Algarve ou no Alentejo ou na Beira Interior ou no Minho. E isso até está razoavelmente equacionado e validado, o problema é que, ou há modelos de gestão conjunta em que se diminui o risco e as pessoas investem ou, mesmo havendo a possibilidade de investir, as pessoas não querem investir porque o risco é enorme.

VE – O Centro PINUS, uma das entidades subscritoras do Compromisso Floresta 2030, publicou uma informação, a 18 de maio, dizendo que, no PDR 2020, no investimento em pinheiro-bravo, apenas 32% das candidaturas decididas estavam aprovadas e 43% não tinham dotação orçamental. Ou seja, do lado do Estado há falta de verbas e atraso na análise das candidaturas.

AGF – Subscrovo totalmente o que o Centro PINUS diz. Aliás, esses são dados factuais.

VE – Como é que se dá a volta a isto e como se evita que tal não aconteça no próximo quadro comunitário?

AGF – Isso passa por aquilo que falámos no início. O Estado tem de nos ouvir. E tem de incorporar nos instrumentos de política aquilo que nós sentimos no território que são os estrangulamentos, as imensas coisas que não funcionam e que, recorrentemente, são comunicados, mas face aos quais há orelhas moucas.